

## ATA DA 20.ª REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

22 de junho de 2017

Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezassete, pelas onze horas, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto e das disposições regimentais, reuniu, em sessão ordinária, o Plenário do Conselho das Escolas, na Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo, em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, constante na convocatória de doze de junho: \_\_\_\_\_

Ponto um: Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. \_\_\_\_\_

Ponto dois: Quadro de competências das autarquias locais e entidades intermunicipais em matéria de educação: apreciação e votação de proposta de Parecer da Comissão Permanente.

Ponto três: Assuntos diversos. \_\_\_\_\_

Estiveram presentes os conselheiros Alexandre José Rodrigues Canadas, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Carlos Jorge Pires Percheiro, David Carlos da Rocha Sousa, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Filinto Virgílio Ramos Lima, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, João Paulo Ramos Duarte Mineiro, Joaquim Tomaz, José Alfredo Rodrigues Mendes, José António de Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, José Manuel Batista Carreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Sousa, Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Paulo Jorge de Sousa Ferreira e Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro, num total de vinte e dois. Estiveram ausentes os seguintes conselheiros: Arnaldo Teixeira Lucas, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Fátima Moreira Pinto e Idalécio Santos Nicolau. \_\_\_\_\_

Ponto um: Discussão e aprovação da ata da reunião anterior \_\_\_\_\_

Depois de discutida a proposta de ata da reunião, previamente enviada a todos os conselheiros, a mesma foi posta à votação tendo sido aprovada pela unanimidade dos elementos presentes na reunião anterior. \_\_\_\_\_

Ponto dois: Quadro de competências das autarquias locais e entidades intermunicipais em matéria de educação: apreciação e votação de proposta de Parecer da Comissão Permanente.

O Presidente do Conselho das Escolas apresentou o projeto esclarecendo que a Comissão Permanente levou em atenção tudo o que o Conselho já tinha referido anteriormente e que o mesmo salvaguarda os interesses objetivos das escolas. \_\_\_\_\_

Considera que as Escolas não deverão perder competências, mas sim continuar a estabelecer e a aprofundar parcerias com autarquias sem se transformarem em secções ou serviços camarários. \_\_\_\_\_

O conselheiro António Ventura considera bom o parecer e que o mesmo respeita - e deve respeitar - o que o Conselho das Escolas já aprovou anteriormente. \_\_\_\_\_

O conselheiro Fernando Elias considera que o Conselho das Escolas tem produzido bons pareceres mas que este é o seu melhor parecer. É um documento estruturalmente muito bem construído. \_\_\_\_\_

O conselheiro Fernando Almeida considera que o facto de podermos ficar na dependência da bondade do poder local é complicado, porque não estaremos apenas no âmbito da questão política mas sobretudo no risco de passarmos a ser um serviço camarário. \_\_\_\_\_

A conselheira Isabel Le Gué subscreve a intervenção do conselheiro Fernando Elias. Considera que estamos perante um documento com estrutura muito bem construída. Refere que nas escolas de Lisboa, cidade, também se vê com apreensão a possibilidade de as Escolas serem um serviço não só da Câmara Municipal mas também das Juntas de Freguesia. \_\_\_\_\_

O conselheiro Carlos Percheiro partilha da opinião da conselheira Isabel Le Gué. Os pareceres têm sido muito bons mas considera que o presente parecer é talvez o melhor. Refere também a reflexão necessária sobre as consequências da aplicação da “municipalização” e sobre que interpretações tomarão as autarquias. Considera que se conseguiu um documento que não é radical quanto à transferência de competências mas que traduz as preocupações das Escolas.

O conselheiro António Castel-Branco considera também que estamos perante um bom documento. Entende, no entanto, que o documento não reflete a “questão da rede escolar”. Embora reconheça que no Concelho de Sintra a rede está a funcionar bem, considera que falta na proposta do Ministério da Educação a definição de competências a transferir para a autarquia nesta matéria. Preocupa-o a transferência de competências de manutenção das escolas de pré-escolar e 1.º ciclo para as Juntas de Freguesia porque acredita que será um problema. Ainda quanto ao parecer, entende que a questão dos transportes deve ser aplicada apenas à rede pública. Considera que a Escola deve ser responsável pela avaliação do pessoal não docente. Hoje já há escolas que não fazem essa avaliação mas que essa deve ser uma competência da Escola. \_\_\_\_\_

O conselheiro David de Sousa considera que a questão principal é a dos princípios. Se mudar a pessoa na autarquia pode mudar a prática. O que pode salvaguardar a forma de intervenção dos municípios é o princípio da subsidiariedade. Tudo o que puder ser feito na Escola deverá ficar na Escola. O parecer deveria evidenciar melhor este princípio. \_\_\_\_\_

O conselheiro José Alfredo Mendes informou que o concelho de Vila Nova de Famalicão está no contrato “Aproximar” e que já existiram aí situações de reclamação de psicólogas quanto à classificação obtida, exatamente por falta de clarificação de quem é detentor da competência para avaliar. Questiona ainda que papel será o das Escolas com contrato de associação ao aplicar o novo diploma apenas às Escolas públicas. Refere que a relação das autarquias com a Escola também se faz por outras vias que não a educação. Considera que, neste processo, os professores poderão vir a ser usados como “carne para canhão”. \_\_\_\_\_

O conselheiro João Paulo Mineiro concorda com o parecer. Os princípios deverão ser os da transparência e da defesa da Escola, para que esta não fique à mera mercê de quem está à frente de cada uma das autarquias. Poderemos ficar em situações “perigosas”, sobretudo nos processos de avaliação do pessoal não docente e nas obras. \_\_\_\_\_

O conselheiro José Carreira considera que o parecer está bem feito. Concorde com o conselheiro Carlos Percheiro quanto à questão dos transportes. Refere que os pais têm que se responsabilizar pelos filhos. A Escola já tem pouca autonomia e agora cada vez menos. Gostaria de poder fazer a seleção do Pessoal. Com a experiência que tem, conviveu com dois



presidentes de Câmara e está preocupado com o que pode surgir nas novas competências da Câmara Municipal. Considera que a relação da Escola /Câmara depende da sensibilidade do Presidente da Câmara, mas essa sensibilidade muda ao longo do tempo e com reflexos diretos na Escola. Quanto ao pessoal não docente, considera que a questão principal é o tipo de funcionários que a Câmara Municipal coloca nas Escolas. Considera que não tem havido preocupação quanto às competências necessárias do pessoal para trabalhar numa Escola. \_\_\_\_

A conselheira Júlia Gradeço considera que tem de ser claro que a Escola continue com as competências pedagógicas. Considera que tem de se definir muito bem com a autarquia o que é a autonomia pedagógica. Preocupa-a a questão da avaliação do pessoal não docente e a forma como a transferência de competências será efetuada. Quanto aos transportes, não concorda que tenha de ser a Escola pública (o Estado) a pagar o transporte para as Escolas privadas. Considera também que aprovado o Plano Anual de Atividades, a autarquia deve responsabilizar-se pelos recursos financeiros necessários ao seu cumprimento. \_\_\_\_\_

A conselheira Rosalina Pinheiro refere que no seu contrato de execução está prevista uma comissão de acompanhamento que nunca existiu na prática. Tem sentido alguma usurpação de competências pela autarquia e conhece Escolas que dependem totalmente da Câmara Municipal, o que tem implicado que aquelas comecem a assumir uma posição de subserviência. \_\_\_\_\_

A conselheira Celeste Sousa considera que a questão que sente dever colocar é se a Escola vai beneficiar alguma coisa com o novo diploma. As Escolas lutam por manter a sua dignidade e isso é conseguido com o trabalho dos docentes. Considera que estas novas medidas são graves para a Escola, vão prejudicar e destruir muito do trabalho que vem sendo feito pelas direções e pelos professores. \_\_\_\_\_

O conselheiro Alexandre Canadas concorda com o parecer. Refere que está prevista a transferência de algumas competências para entidades intermunicipais. \_\_\_\_\_

O conselheiro Tomaz concorda com o parecer. Considera que se trata de uma questão de poder. Dos dois lados. O parecer deve ter linhas mestras que permitam continuar a assegurar que a Escola continua equidistante da “politiquice”. O parecer deverá ser devidamente divulgado, de forma a que chegue à Assembleia da República antes da discussão deste assunto. Uma das questões pertinentes está ao nível da eleição do presidente do conselho municipal de educação, face ao peso que passará a ter. \_\_\_\_\_

O Presidente propõe que se deve introduzir uma ligeira alteração ao parecer para tornar mais claro o princípio da subsidiariedade. \_\_\_\_\_

O conselheiro Paulo Ferreira considera que devemos ter dois princípios em conta: pais que optam pela Escola pública e pais que optam pela privada. Não devemos suportar os custos do transporte dos que optam pelo privado. \_\_\_\_\_

O conselheiro Fernando Elias retomou a palavra para referir que o erário público deve ser afeto aos alunos das Escolas públicas, ou privadas com contrato de associação, com a rede devidamente aprovada. \_\_\_\_\_

O conselheiro João Paulo Mineiro refere também que o parecer deverá ser claro quanto às responsabilidades do Estado relativamente ao transporte dos alunos. \_\_\_\_\_

O conselheiro António Castel-Branco propõe que na conclusão, ponto 5, deve ficar claro que se trata da “Escola mais próxima”. \_\_\_\_\_



O conselheiro José Alfredo Mendes refere que há municípios que apenas pagam o transporte dentro do próprio concelho. Na sua zona, as Escolas privadas têm transporte próprio. Houve momentos em que eram as Escolas que recebiam a verba para os transportes e não os alunos. Após ponderação das diversas sugestões e propostas de correção e não havendo mais intervenções, o Presidente colocou o Parecer à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

Ponto três: Assuntos diversos \_\_\_\_\_

O Presidente deu a conhecer a principal correspondência por si recebida e expedida, bem como as intervenções e participações em diversas ações e, ainda, de alguns membros da Comissão Permanente, nomeadamente: \_\_\_\_\_

Em quinze de março, o Presidente participou na sessão de abertura da Conferência: “Modelo de descentralização de competências em Educação”, em Coimbra. \_\_\_\_\_

Em dezassete de março, a Vice-Presidente, Isabel Le Gué, substituiu o Presidente em representação do Conselho das Escolas no “I Seminário: a Escola inclusiva”, organizado pela IGEC, em Lisboa. \_\_\_\_\_

Em vinte e quatro de março, a Vice-Presidente, Isabel Le Gué, substituiu o Presidente na 5.ª reunião do Grupo de Trabalho de Avaliação Externa das Escolas, em Lisboa. \_\_\_\_\_

Em sete de abril, o Presidente e a Vice-Presidente, Isabel Le Gué, participaram na 6.ª reunião do Grupo de Trabalho de Avaliação Externa das Escolas, em Lisboa. \_\_\_\_\_

Em vinte e dois de abril, o Presidente participou no seminário "Gestão e Autonomia das Escolas", da Associação Solidariedade Social dos Professores, em Santarém. \_\_\_\_\_

Em quatro de maio, o Conselheiro José António Sousa participou, em substituição do Presidente, no *workshop* "Construindo a Estratégia Nacional de Competências", a convite do Ministério da Educação, no Palácio Foz, Lisboa. \_\_\_\_\_

Em oito de maio, o Presidente participou na 7.ª reunião do Grupo de Trabalho de Avaliação Externa das Escolas, em Lisboa. \_\_\_\_\_

Em nove de maio, o Presidente participou no VIII Simpósio de Organização e Gestão Escolar - “Rede Escolar:(Re) configurações, tensões e desafios”, em Aveiro. \_\_\_\_\_

Em doze de maio, o Presidente prestou informação sobre a petição n.º 252/XIII/2.ª - Criação de grupo letivo para professores de técnicas especiais. \_\_\_\_\_

Em doze de maio, o Presidente prestou informação sobre a petição n.º 253/XIII/2.ª - Condições de acesso à reforma para professores. \_\_\_\_\_

Ainda em doze de maio, o Presidente prestou informação sobre a petição n.º 256/XIII/2.ª - Situação contratual precária dos técnicos especializados nas escolas. \_\_\_\_\_

Em dezasseis de maio, o Presidente do Conselho foi inquirido pela IGEC, sobre questões genéricas relativas a processo de inquérito sobre manuais escolares, Póvoa de Varzim. \_\_\_\_\_

Em dezoito de maio, o Presidente participou no painel "Escola do Futuro: uma reflexão necessária", no âmbito do ciclo de seminários "Itinerários para uma escola com futuro", organizados pelo Centro de Formação Francisco de Holanda, Guimarães. \_\_\_\_\_

Em vinte e seis de maio, o Presidente participou no painel "O perfil do aluno para o século XXI: reflexões e desafios", no âmbito do Fórum da Educação - 2017, Esposende. \_\_\_\_\_

Em trinta de maio, o Presidente participou na 8.ª reunião do Grupo de Trabalho de Avaliação Externa das Escolas, em Lisboa. \_\_\_\_\_



Em sete de junho, o Presidente participou na 9.ª reunião do Grupo de Trabalho de Avaliação Externa das Escolas, em Lisboa. \_\_\_\_\_

Ainda em sete de junho, realizou-se uma audição na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, em Lisboa, sobre o "Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória". Acompanharam o Presidente na audição, os conselheiros António Pinto e Lucinda Ferreira. \_\_\_\_

O Presidente deu ainda conhecimento da correspondência enviada ao Gabinete de S. Exa. o Senhor Ministro da Educação sobre as eleições para o Conselho das Escolas. \_\_\_\_\_

O conselheiro José Alfredo Mendes informou que participou na reunião da Comissão de Acompanhamento do POCH, em Santarém. Deu indicação dos cursos que serão objeto de financiamento. \_\_\_\_\_

O conselheiro Fernando Elias, num balanço à ação do Conselho das Escolas, considera que este é hoje um órgão com maturidade. Considera que a comissão permanente foi uma mais-valia. Quer fazer um reconhecimento particular a José Eduardo Lemos, Presidente, pelo trabalho extraordinário efetuado na dignificação do Conselho das Escolas. Também uma referência ao conselheiro António Ventura, pela visão cirúrgica e política que sempre manifestou na análise dos problemas. A reconhecida qualidade dos pareceres do Conselho das Escolas também se deve ao seu trabalho, a par do Presidente. Ao conselheiro António Castel-Branco, pela presença atenta, crítica, minuciosa e construtiva que sempre colocou ao serviço da melhoria dos pareceres e do funcionamento do órgão. Ao conselheiro Carlos Percheiro pela paixão que sempre transmitiu na defesa da Escola e do interesse público, ao conselheiro David de Sousa pela ponderação crítica pertinente e objetiva, ao conselheiro Luís Fernandes, pela disponibilidade sempre demonstrada e pela arquitetura do sistema informático do Conselho das Escolas e, por último, uma referência à conselheira Isabel Le Gué pela sua perspicácia e assertividade. \_\_\_\_\_

O conselheiro Fernando Almeida considera que teve uma participação assídua no Conselho Nacional de Educação, participando em diversos trabalhos, como se pode verificar em consulta à página do CNE. Chama a atenção para a matéria relacionada com os Centros de Formação. Considera que as Escolas sede de Centros de Formação devem questionar o IGEFE (Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.) sobre o orçamento que supostamente existe mas que ninguém conhece. \_\_\_\_\_

A conselheira Celeste Sousa, representante no IAVE, refere que este tem apresentado estabilidade. Refere que os resultados das provas de Física e Química A acabaram por ser surpresa positiva face à evolução mais recente. Biologia e Geologia também continua a ser uma prova em que se avaliam excessivamente os conhecimentos e o domínio da língua portuguesa. \_\_\_\_\_

O conselheiro Alexandre Canadas informou que vai deixar de ser diretor na próxima semana. Agradece a todos o privilégio de ter participado neste órgão. Fica com a ideia de que funcionou bem e aprendeu muito. Endereça a todos votos de bom final de ano letivo. O Presidente enalteceu o trabalho e a forma como sempre interveio o conselheiro Alexandre Canadas e, em nome de todos, desejou-lhe os maiores sucessos no futuro. \_\_\_\_\_

Ninguém mais querendo usar da palavra, o Presidente colocou à votação a minuta da ata da reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_



Nada mais havendo a tratar, pelas treze horas e vinte e cinco minutos, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, José António de Sousa, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. \_\_\_\_\_

José António Sousa \_\_\_\_\_

José Eduardo Lemos \_\_\_\_\_

